



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Instituto Mineiro de Agropecuária

PORTARIA Nº 1.962, DE 06 DE MARÇO DE 2020.

INSTITUI O PROGRAMA CERTIFICA MINAS – OVO CAIPIRA.

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 12, inciso I, combinado com o art. 2º, inciso II do Regulamento baixado pelo Decreto Estadual nº 47.859, de 07/02/2020;

CONSIDERANDO a necessidade da adoção de normas de bem-estar animal na produção agropecuária;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliação competente e imparcial dos requisitos para a produção, classificação e identificação do ovo caipira no sistema semiextensivo;

CONSIDERANDO a finalidade da Lei 22.926/2018, de assegurar a qualidade dos produtos agropecuários e agroindustriais produzidos no Estado e a sustentabilidade de seus sistemas de produção, proporcionando a esses produtos uma maior competitividade e favorecendo sua inserção nos mercados nacional e internacional.

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DO CERTIFICA MINAS OVO CAIPIRA.

Art. 1º. Criar o Programa Certifica Minas Ovo Caipira.

Art. 2º. São princípios e objetivos do Programa Certifica Minas Ovo Caipira:

I - Promover a produção segura, socioambientalmente responsável e de qualidade, garantindo a saúde dos consumidores.

II - Incentivar as organizações dos setores participantes a adotarem sistemas da qualidade na cadeia produtiva, que contribuam para a segurança e confiabilidade dos produtos ofertados aos diversos mercados consumidores.

III - Reconhecer os preceitos estabelecidos por entidades nacionais e internacionais como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, colaborando em entendimentos mútuos e promoção de ações de apoio ao setor. IV - Estabelecer um sistema de verificação independente, em todo o território do Estado de Minas Gerais, quando pertinente e aplicável a todos os tipos de estabelecimentos avícolas produtores de ovo caipira, independente de regiões e tecnologias aplicadas ao processo produtivo.

CAPÍTULO II – DAS NORMAS DE CERTIFICAÇÃO:

Art. 3º. As normas de certificação serão publicadas no site do Instituto Mineiro de Agropecuária e abordarão questões como: I – Georreferenciamento; II - Rastreabilidade; III – Responsabilidade Socioambiental; IV – Gestão da Atividade; V – Biossegurança; VI – Instalações; VII – Manejo e Sanidade dos Animais; VIII – Nutrição e Bem-Estar Animal; IX – Processamento e Armazenamento.

CAPÍTULO III – DA SOLICITAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO:

Art. 4º. Para o ingresso no Programa Certifica Minas Ovo Caipira, o solicitante deverá:

I – Ser detentor de inscrição estadual no Estado de Minas Gerais; II - Ser proprietário de granja de ovos registrada no Serviço Veterinário Oficial em conformidade com a legislação vigente; III – Comprometer-se a cumprir as normas de certificação; IV – Permitir ao auditor do Instituto Mineiro de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Instituto Mineiro de Agropecuária

Agropecuária, ou a auditor credenciado, o acesso à sua propriedade para a realização das auditorias de conformidade;

V – Preencher e assinar o requerimento e o contrato de certificação; VI – Efetuar o pagamento dos preços de certificação; VII – Arcar com as responsabilidades técnica, civil e penal em relação à sua produção, bem como sobre todos os documentos apresentados nas auditorias;

CAPÍTULO IV – DA AUDITORIA DE CONFORMIDADE:

Art. 5º. A auditoria de conformidade será realizada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, adotando os seguintes procedimentos: I – Analisar criticamente a solicitação de certificação; II – Após o aceite da solicitação, realizar auditorias de conformidade para verificar o cumprimento das normas de certificação; III – emitir relatório de auditoria, o qual conterá: identificação da propriedade, data de realização da auditoria, nome do(s) auditor(es), registro de não conformidade caso tenha, conclusões da auditoria e assinatura do(s) auditor(es) e do representante da propriedade; IV – Recomendar ou não a certificação.

CAPÍTULO V – DA DECISÃO SOBRE A CERTIFICAÇÃO:

Art. 6º. Após a realização da auditoria o IMA decidirá sobre a concessão ou não da certificação de conformidade.

Art. 7º. A decisão será pautada pela análise dos resultados de auditoria, correções de não conformidades, atendimento aos requisitos contratuais e outros documentos que se fizerem necessários.

Art. 8º. Se concedida a certificação serão concedidos ao cliente o certificado de conformidade e a autorização para uso do selo de conformidade do Programa Certifica Minas – Ovo Caipira.

Art. 9º. O certificado terá validade de 1 (um) ano, a partir de sua emissão.

Art. 10. Fica facultado o uso do selo nos produtos e/ou materiais de divulgação oriundos de propriedades certificadas.

CAPÍTULO VI – DA MANUTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO:

Art. 11. Para a manutenção da certificação serão realizadas auditorias no mínimo anualmente, de modo a verificar se o cliente mantém o cumprimento das normas de certificação.

CAPÍTULO VII – DOS RECURSOS DO PROGRAMA:

Art. 12. São recursos do Programa Certifica Minas Ovo Caipira; I – As dotações consignadas no orçamento do Estado ou em créditos adicionais; II – Os recursos oriundos de parcerias entre União e o Estado; III – os recursos oriundos de outras fontes.

CAPÍTULO VIII – DAS SANÇÕES:

Art. 13. Assegurado o direito de defesa, o participante do Programa Certifica Minas Ovo Caipira que descumprir obrigações contratuais, ou a critério do Instituto Mineiro de Agropecuária ficará sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da aplicação das responsabilidades civis e criminais: I - Advertência escrita; II - Suspensão da certificação; III - Cancelamento da certificação.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 06 de março de 2020.

THALES ALMEIDA PEREIRA FERNANDES
Diretor-Geral